

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE

DANIEL ROBERTO DOS S. PEREIRA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA : Estudo sobre a percepção do Contribuinte em relação a
implantação da NF-e no Estado do RN.

NATAL/RN
2009

DANIEL ROBERTO DOS S. PEREIRA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA : Estudo sobre a percepção do Contribuinte em relação a implantação da NF-e no Estado do RN.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Joana D'arc Medeiros Martins, Msc.

Natal/RN
2009

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 HISTÓRIA DO PROJETO.....	11
2.2 JUSTIFICATIVAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.....	12
2.3 OBJETIVOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.....	14
2.4 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO.....	14
2.5 DESCRIÇÕES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.....	15
2.6 PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE (ICMS)	19
3. METODOLOGIA.....	21
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	22
5. CONCLUSÕES.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	32

DANIEL ROBERTO DOS S. PEREIRA

NOTA FISCAL ELETRÔNICA : Estudo sobre a percepção do Contribuinte em relação a implantação da NF-e no Estado do RN.

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte e aprovada em _____ de _____, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Joana D´arc Medeiros Martins

Membro Examinador

Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Venho por meio desta, agradecer a minha mãe Hilda Veriana dos Santos e minha esposa Maria Denize de Lima pelo apoio que me deram durante essa longa jornada.

As quais sempre estiveram ao meu lado enfrentado as dificuldades do cotidiano e fortalecendo os laços de união e companherismo. Agradeço também a minha orientadora Joana D´arc M. Martins pelo acompanhamento na realização dessa monografia, a qual me deu todo o suporte necessário.

Deixo aqui gravado meus sinceros agradecimentos e gratidão por essas mulheres que jamais deixaram que eu fraquejasse e me encorajaram a sempre fazer o melhor em busca de meus objetivos.

RESUMO

Devido à economia globalizada e o avanço da tecnologia aliado a alta competitividade faz com que as empresas busquem diversificar sua forma de atuação para solucionar as pressões do mercado. A administração tributária, por sua vez, como forma de evitar a sonegação fiscal não pode deixar de acompanhar as mudanças no mercado. Aproveitando essa facilidade na comunicação e novas tecnologias, aliado a necessidade de redução da burocracia e entraves administrativos enfrentados pelos empresários do país, o governo criou o projeto de implantação da Nota Fiscal Eletrônica (ENAT, 2005). Esse projeto veio com o intuito de reduzir custos e entraves da burocracia, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais e o pagamento de impostos e contribuições. Dessa forma, a administração tributária aumenta o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações em tempo real das relações comerciais dos contribuintes. O objetivo do estudo foi verificar os benefícios da implantação da nota fiscal eletrônica para as empresas. Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo seguido de uma pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado via e-mail para 67 empresas do setor do comércio do Estado do Rio Grande do Norte no período de 18 de agosto a 05 de setembro de 2009, a escolha da amostra foi por conveniência. O resultado demonstrou que 89% das empresas pesquisadas são compostas de microempresas e 11% são de empresas de pequeno porte e atuam no ramo do comércio; 42% utilizam nota fiscal eletrônica e 58% não utilizam; dos respondentes apenas 30% consideram a NF-e como uma forma de simplificação das obrigações acessórias do contribuinte. Finalmente, a pesquisa demonstrou que apenas 9% dos pesquisados concordam que a implantação da nota fiscal eletrônica traz benefícios para a empresa.

Palavras Chave: Certificado digital. Nota Fiscal Eletrônica. Arquivo Digital

ABSTRACT

Due to the global economy and advanced technology combined with high competitiveness makes the companies seek to diversify their attitude to address the pressures of the market. The administration may, in turn, in order to avoid tax evasion can not keep up with market changes. Taking advantage of this ease of communication and new technologies, coupled with the need to reduce bureaucracy and administrative obstacles faced by entrepreneurs in the country, the government created the deployment project of the Electronic Invoice (ENAT, 2005). This project came in order to reduce costs and barriers of bureaucracy, facilitating tax compliance and payment of taxes and contributions. Thus, the tax increases the control and supervision through exchange of information in real time trade relations taxpayers. The aim of this study was to assess the benefits of deploying the electronic invoice to the business. This is a bibliographic description followed by a field research, data collection was done through a questionnaire via e-mail to 67 companies in the trade of Rio Grande do Norte in the period of 18 August to 05 September 2009, the choice of the sample was for convenience. The results showed that 89% of companies surveyed are composed of micro and 11% of small businesses and work in the trade sector, 42% use electronic invoices and 58% do not use, the respondents only 30% believe the NF - and as a way of simplifying the ancillary obligations of the taxpayer. Finally, the survey showed that only 9% of respondents agree that the implementation of fiscal notes is beneficial for the company.

Keywords: Digital Certificate. Electronic Invoice, Digital Archive

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMÁTICA

Em virtude dessa nova realidade e a facilidade do acesso a tecnologia, mídia e a internet, os consumidores cada vez mais se tornam exigentes. Neste cenário, as relações comerciais entre as organizações e seus consumidores aumentaram de forma extraordinária ao nível nunca imaginável.

Segundo Amaro Jr. (2008, p.35) Devido ao fenômeno da globalização que permite que empresas distantes fisicamente de clientes venham competir com outras próximas, ou seja, as fronteiras geográficas são quebradas aumentando o ambiente competitivo em que as organizações se encontram.

A administração tributária, por sua vez, como forma de evitar a sonegação fiscal não pode deixar de acompanhar as mudanças no mercado. Aproveitando essa facilidade na comunicação e novas tecnologias, aliado a necessidade de redução da burocracia e entraves administrativos enfrentados pelos empresários do país, o governo criou o projeto de implantação da Nota Fiscal Eletrônica. (ENAT, 2005)

De acordo com a SET, a implantação da NF-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo Imposto sobre Produtos industrializados (IPI).

Esse projeto veio com o intuito de reduzir custos e entraves da burocracia, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais e o pagamento de impostos e contribuições. Dessa forma, a administração tributária aumenta o controle e a fiscalização por meio de intercambio de informações em tempo real das relações comerciais dos contribuintes.

Devido à economia globalizada e o avanço da tecnologia aliado a alta competitividade faz com que as empresas busquem diversificar sua forma de atuação para solucionar as pressões do mercado.

Da mesma forma, a administração pública procura acompanhar essa mudança e responder às pressões que sofre. Mas a insuficiência de recursos matérias, tecnológicos, humanos e econômicos impossibilita a fiscalização efetiva das relações comerciais.

Com o projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), o governo pretende promover a integração da atuação do fisco, racionalizar e uniformizar as obrigações para os contribuintes, identificando dessa forma as operações ilícitas.

Qual a percepção do contribuinte em relação à implantação da nota fiscal no Estado Rio Grande do Norte?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a percepção do Contribuinte em relação a implantação da NF-e no Estado do RN.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar a nova forma de emissão da nota fiscal modelo 1 ou 1A;
- Descrever como funciona o Projeto Nota Fiscal Eletrônica.
- Analisar o comportamento dos contribuintes em relação à NF-e.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Percebi-se que a NF-e consiste em um arquivo eletrônico que substituí a nota fiscal modelo 1 ou 1A nas relações comerciais, sendo dispensado à confecção de talões de notas fiscais convencionais. Dessa forma sua existência deixa de ser física e passa a um formato apenas digital.

De acordo com a SET (2008), A Nota Fiscal Eletrônica é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias ou uma prestação de serviços, ocorrida entre as partes. Sua validade jurídica é garantida pela assinatura digital do remetente (garantia de autoria e de integridade) e pela recepção, pelo Fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador.

2.1 HISTÓRICO DO PROJETO

Devido ao fenômeno da globalização as administrações tributárias enfrentam o grande desafio de adaptarem-se aos novos processos de comercialização entre os contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso, por isso houve a necessidade do estado de detectar e prevenir a evasão tributária.

Em julho de 2004 na cidade de Salvador foi realizado o primeiro encontro nacional dos coordenadores e administradores tributários estaduais (ENAT).

Segundo a Receita Federal, "O encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas das três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de dados em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos".

No final de agosto/2005, no evento do II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, em São Paulo, os Secretários de Fazenda dos Estados e DF, o Secretário da Receita Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais assinaram o Protocolo ENAT 03/2005, visando o desenvolvimento e a implantação da Nota Fiscal Eletrônica, consolidando de forma definitiva a coordenação técnica e o desenvolvimento do projeto sob a responsabilidade do Encat (Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais) com a participação, da agora denominada, Receita Federal do Brasil (RFB).

Através do I e II ENAT, os gestores tributários federais, estaduais e municipais aprovaram a criação do projeto da NF-e, como proposta para implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, com validade jurídica para todos os fins.

Com esse novo modelo a sistemática atual do documento fiscal em papel, será substituída pelo arquivo digital, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo em que permitirá um controle em tempo real das operações comerciais pelo fiscal. (ENAT, 2005, p.[2])

2.2 JUSTIFICATIVAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

A busca pela integração e modernização da Administração Tributária relaciona-se à forma federativa adotada pelo estado brasileiro. Neste contexto, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são dotados de autonomia política, administrativa e financeira, estando suas atribuições, limitações e competências previstas na Constituição Federal, que concede a cada esfera de governo a competência de instituir e administrar os respectivos tributos. (RFB, 2008)

Com toda essa descentralização fiscal a tendência é o aumento da burocracia, baixo grau de compartilhamento das informações entre os órgãos governamentais e divergência entre os dados econômicos dos contribuintes. Alguns autores afirmam, que o controle por parte do governo torna-se difícil porque falta à visão integrada das ações dos contribuintes.

Com o advento da sociedade da informação os agentes econômicos aumentaram a sua mobilidade, exercendo ações em todo o território nacional e deixando de estar restritos ao conceito de jurisdição territorial. Em decorrência, é comum que empresas sejam contribuintes, simultaneamente, de diversos governos, em nível federal, estadual ou municipal. A consequência direta deste modelo é que os bons contribuintes acabam penalizados pela burocracia, pois têm que lidar com procedimentos e normas diversos em cada unidade da federação ou município. (ENAT, 2005)

Em decorrência ao mercado globalizado, a administração tributária enfrenta um grande desafio de se adaptar e controlar o imenso volume de transações efetuadas pelos contribuintes. À medida que o montante de recursos movimentado pelos contribuintes aumenta, na mesma proporção, os custos do governo também aumentam para se evitar a sonegação fiscal que proporciona a diminuição da arrecadação.

Por isso, a administração tributária tem investido uma grande soma de recursos para captação e armazenagem de informações das operações dos contribuintes.

O ENAT afirma, que devido essa descentralização os custos tanto do contribuinte como das esferas governamentais são extremamente elevados.

Hoje os elevados recursos humanos e materiais destinados a registrar, contabilizar e armazenar as informações obriga as empresas e a administração tributária a buscarem novas tecnologias para diminuição de custos.

O governo acredita que a integração e compartilhamento de informações aliado a modernização da administração brasileira, reduzirão os custos e a burocracia. Com isso facilitarão o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, como também o pagamentos dos impostos e contribuições. Dessa forma existirá um controle maior por parte do governo no que diz respeito à fiscalização das empresas.

De modo geral o projeto prevê ainda o investimento em tecnologia de forma a modernizar o parque tecnológico e os sistemas de informação, ampliando a capacidade de atendimento das unidades administrativas. (ENAT, 2005)

2.3 OBJETIVOS DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A NF-e tem como objetivo facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica haverá uma melhora dos órgãos públicos no atendimento as empresas através de investimentos que possibilitará:

- Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições;
- Fortalecimento do controle e da fiscalização.
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- Rapidez no acesso às informações;
- Eliminação do papel;
- Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

2.4 ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

De acordo com a SET “O projeto da NF-e vem sendo desenvolvido em parceria com 19 empresas, que se habilitaram para participar do piloto do projeto, a partir do convite que foi formulado para diversas empresas”.

A Nota Fiscal Eletrônica será implantada de forma gradual para que no futuro todos os contribuintes possam se adaptar a essa nova forma de emissão de nota fiscal.

Na primeira fase também chamada de Fase Pré-Operacional, que ocorreu em abril até julho de 2006, as 19 empresas passaram a emitir a NF-e em fase de teste nos estados de BA, SP, RS, SC, GO e MA.

Neste momento a NF-e eram emitidas sem valor tributário, ou seja, as empresas tinham que emitir também as notas fiscais em papel.

Na segunda fase que teve seu início em agosto de 2006, o projeto foi ampliado passando a participar mais empresas e estados.

2.5 DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A empresa que for obrigada ou aderir de forma voluntária à emissão de Nota fiscal Eletrônica terá que antes adquirir um certificado digital com o qual assinarão as notas fiscais.

Certificado Digital é uma instrução que verifica a identidade de uma pessoa ou a segurança de um site. Para o contribuinte obter um certificado digital é necessário procurar uma entidade que faça esse serviço.

Em seguida, o contribuinte deverá solicitar o credenciamento no SEFAZ Virtual Ambiente Nacional (SVAN), preenchendo o Requerimento de inclusão e enviando para o e-mail **nfe@lista.set.rn.gov.br**.

Segundo a SET, "O SVAN ou apenas SEFAZ Virtual, é um ambiente computacional seguro, de alta disponibilidade e elevado desempenho que visa assumir as funcionalidades, no que concerne ao aplicativo de recepção de notas fiscais eletrônicas, das Secretarias Estaduais de Fazenda".

O SVAN está dividido em dois ambientes: HOMOLOGAÇÃO - ambiente e endereço onde os contribuintes poderão emitir NF-es para testes; e PRODUÇÃO - ambiente real de emissão de NF-es.

Adquirido o certificado digital da empresa e autorizado o credenciamento no SVAN para a emissão de NF-e, o contribuinte deverá seguir o procedimento de instalação da cadeia certificadora do SVAN;

Em seguida o contribuinte que não possui um software emissor de notas fiscais eletrônicas, pode utilizar o software emissor disponibilizado gratuitamente pelo projeto NF-e.

Caso o contribuinte que possui software de emissão de notas fiscais, deverá solicitar ao fornecedor do seu sistema ou equipe interna a adequação à emissão de NF-e, de acordo com as informações do Manual da SEFAZ Virtual para Empresas.

De maneira simplificada, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria. (Secretaria de Tributação do Estado, 2008)

Para acompanhar o trânsito da mercadoria será impresso um DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), em papel comum, em única via, que conterá impresso, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras que facilitará a confirmação de informações da NF-e pelas unidades fiscais.

O DANFE não é uma nota fiscal, é uma ferramenta que serve apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da nota fiscal, que permite ao comprador da mercadoria confirmar a efetiva existência da NF-e através do Ambiente Nacional (RFB) ou site da SEFAZ na Internet.

FONTE: Secretaria de Estado da Tributação (2008).

Com isso o contribuinte terá cumprido todas as fases determinadas pelo Projeto da Nota Fiscal Eletrônica que são:



FONTE: Secretaria de Estado da Tributação (2008).

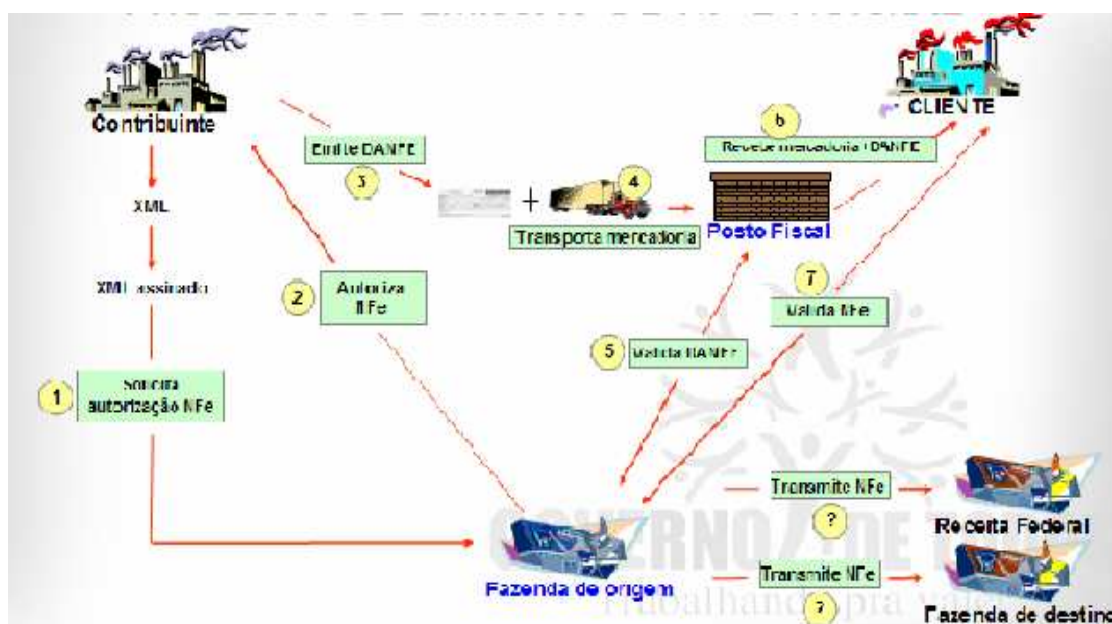


Fig. 3
FONTE: Secretaria de Estado da Tributação (2008).

Com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica o modo de atuação do Fisco mudará no sentido de melhorar o seu controle das relações comerciais dos contribuintes, tendo as informações em tempo real de forma individualizada.

De acordo com a SET até fevereiro de 2009 mais de 17.000 empresas estão emitindo notas fiscais eletrônicas, cerca de 700.000 nota são emitidas por dia totalizando 21.000.000 NF-e por mês. Isso representa atualmente 35% da arrecadação das unidades federativas, sendo quase R\$ 2 trilhões de reais movimentados em forma de mercadorias.

No estado do Rio Grande do Norte mais de 600 contribuintes já estão credenciados para emitir a nota fiscal eletrônica. O volume de NF-e emitida em média para o nosso estado chegam a 50.000 nota por mês entrando de outros estados.

Dessa forma o projeto já abrange 11 grandes segmentos econômicos obrigados desde abril de 2008.

Com a estratégia de massificar o uso da nota fiscal eletrônica, a administração pública através do Protocolo ICMS 42/09 visa ampliar a obrigatoriedade da NF-e de forma que, até o final de 2010, estejam alcançados por esta obrigatoriedade todos os contribuintes do ICMS que se enquadre em pelo menos uma das seguintes situações:

- 1.Desenvolvam atividade industrial
- 2.Desenvolvam atividade de comércio atacadista ou de distribuição
- 3.Pratique saídas de mercadorias com destino a outra unidade da Federação
- 4.Forneçam mercadorias para a Administração Pública

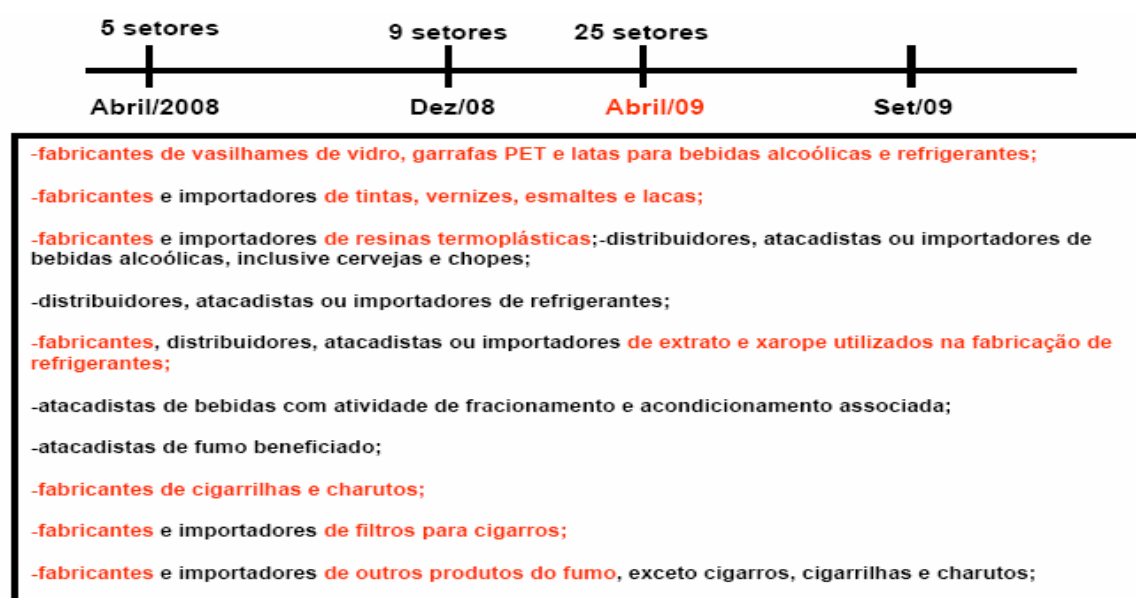


Fig. 4

FONTE: Secretaria de Estado da Tributação (2008).

Com isso a SET prevê até setembro de 2009 que cinquenta e quatro setores econômicos já sejam obrigados a emitir essa nova forma de nota fiscal.

2.6 PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE (ICMS)

A Constituição Federal do Brasil em seu Art. 155, § 2º, inciso II diz que, “O imposto será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal”.

Segundo Amaro apud Ataliba (1999, p.63) “O direito de abater não pode ser limitado nem pelo Legislativo nem pelo Executivo, independentemente, para sua imediata fruição, de ingresso nas vias judiciais”.

Isso significa que sendo os créditos das entradas maiores que o débito das saídas, a empresa não terá ICMS a pagar no período, transferindo o crédito para o próximo período de apuração. Caso contrário à empresa tiver mais débito do que crédito, a empresa terá que pagar o imposto no mês.

3. METODOLOGIA

Richardson apud Bunge (1980, p.19) afirma que, método é “Um procedimento regular, explícito e passível de ser repetido para conseguir-se alguma coisa, seja material ou conceitual”.

Em outras palavras, método é um procedimento técnico que pode ser utilizado por várias pessoas para fazer uma investigação para se descobrir alguma coisa.

Devido à pesquisa em diversas áreas do conhecimento, Richardson (1980) descreve que os métodos científicos contêm pelo menos cinco elementos que são meta que é o objetivo do estudo, modelo que é qualquer abstração do que está sendo trabalhado ou estudado, dados que são as observações realizadas para representar a natureza do fenômeno e revisão que é a mudança necessária no modelo.

Nesta monografia foi utilizado o método quantitativo, que segundo Richardson (1980), p.39 “Método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômeno”.

Esse método caracteriza-se pela quantidade de informações coletadas e pelo tratamento dados as informações como percentual, análise e média.

Este trabalho teve como meta fazer também um estudo descritivo que possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas de abrangência da Nota Fiscal eletrônica.

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo seguido de uma pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado via e-mail para 67 empresas do setor do comércio do Estado do Rio Grande do Norte no período de 18 de agosto a 05 de setembro de 2009, a escolha da amostra foi por conveniência.

O trabalho descritivo procura abranger aspectos gerais e amplos de um contexto social, o que permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinados fenômenos. (Oliveira 1998).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir a pesquisa demonstra o resultado do questionário aplicado com 67 (sessenta e sete) empresas.

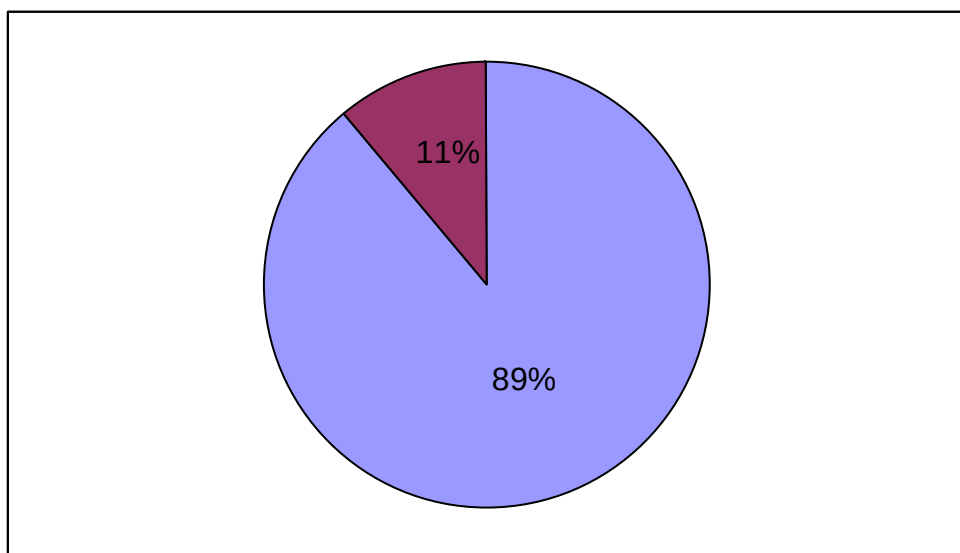


Gráfico 1: Porte da Empresa
Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

O gráfico 1 demonstra que das 67 empresas pesquisadas 89% são compostas de microempresas e 11% são de empresas de pequeno porte.

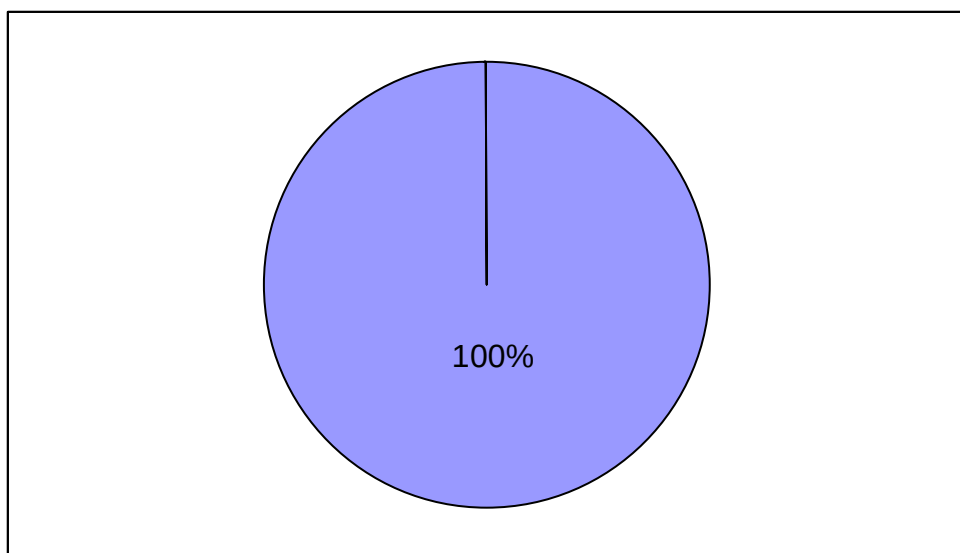


Gráfico 2: objetivo social
Fonte: Dados da pesquisa, 2009

Das empresas pesquisadas 100% tem como objetivo social o comércio, conforme demonstrado no gráfico 2.

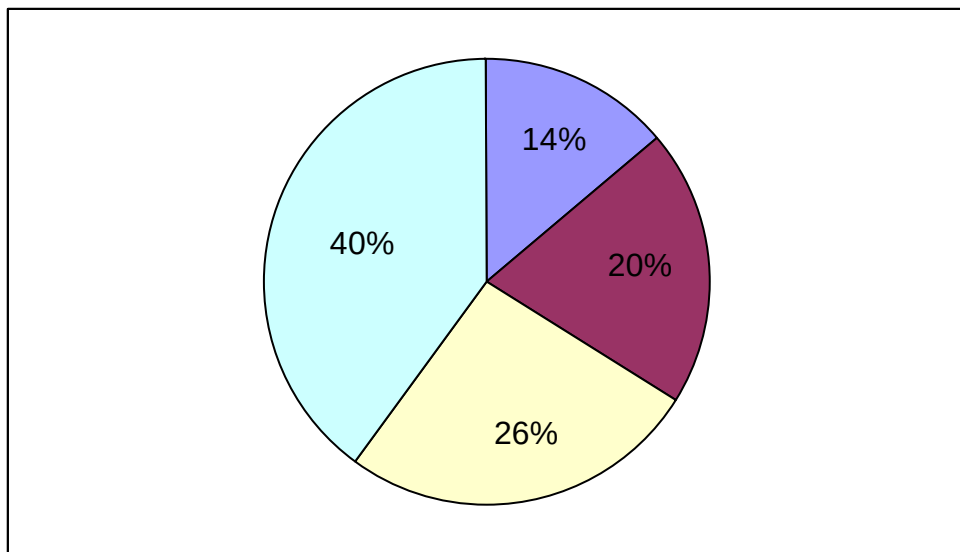


Gráfico 3: Tempo de atuação da empresa no mercado
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

O resultado demonstrou que 20% atua no mercado até 5 anos; 40% tem até dez anos; 26% tem até quinze anos e 14% tem mais de 15 anos. Conforme evidenciado no gráfico 3. Percebe-se que a maioria tem até dez anos, portanto, as empresas pesquisadas foram fundadas recentemente.

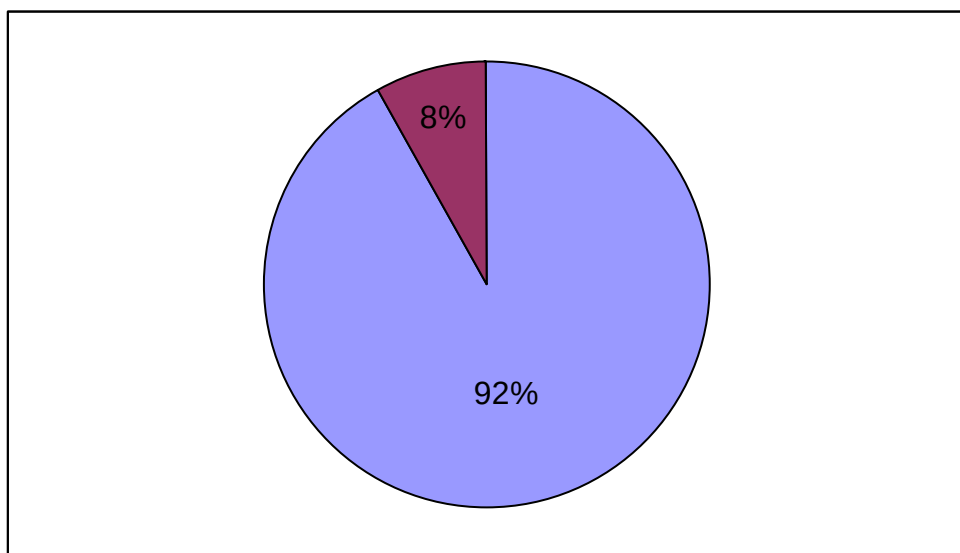


Gráfico 4: Tem conhecimento da nota fiscal eletrônica
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

92% das empresa pesquisadas tem conhecimento, ou já ouviram falar na nota fiscal eletrônica, apenas 8% não tem conhecimento. Isso mostra que em sua maioria as empresa de alguma forma ouviram falar deste documento fiscal.

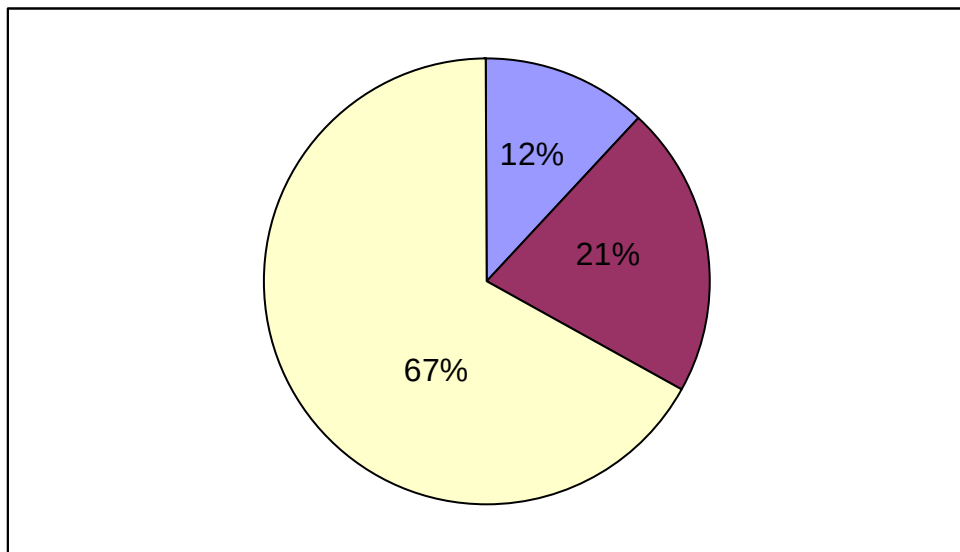


Gráfico 5: Fonte de informação da nota fiscal eletrônica.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009

O resultado demonstra que 21% das empresas tomaram conhecimento da nota fiscal eletrônica por intermédio da imprensa; 67% pelo contador e 12% pela internet. Percebe-se que a maioria tiveram essa informação através do contador.

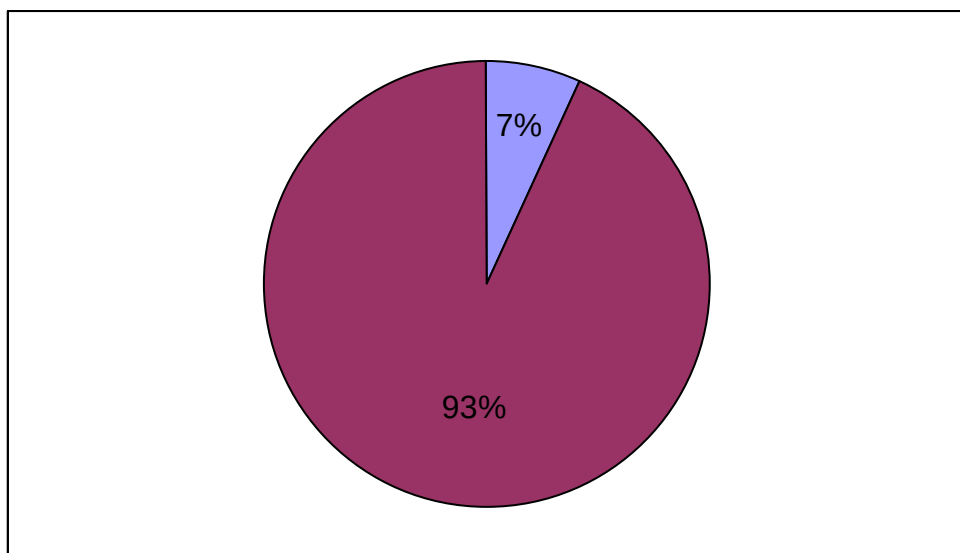


Gráfico 6: Utilização do novo modelo de emissão de nota fiscal.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Os dados demonstraram que apenas 7% das empresas utilizam à nova forma de emissão de nota fiscal. Conforme evidenciado no gráfico 6.

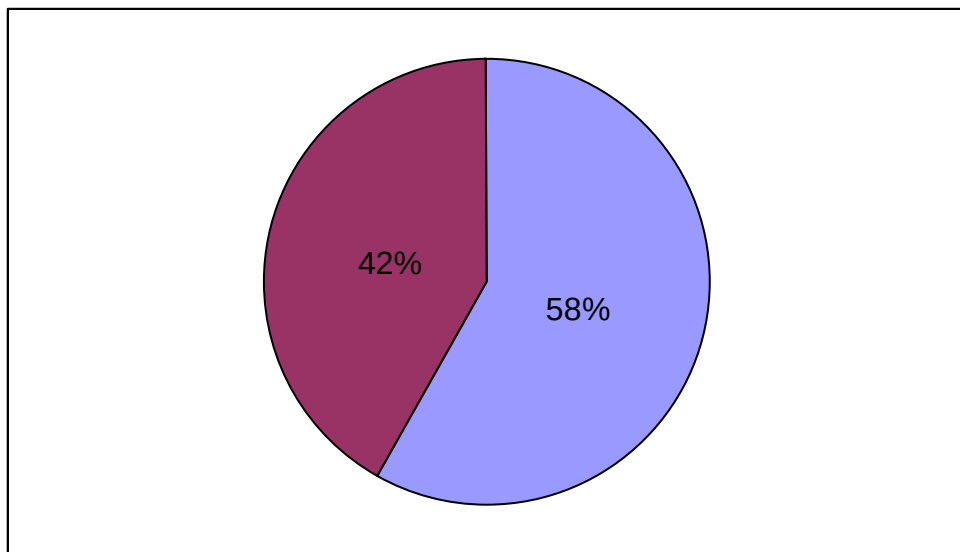


Gráfico 7: A empresa é a favor da utilização da nota fiscal eletrônica.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009

O gráfico 7 demonstra que 42% das empresas são a favor da utilização da nota fiscal eletrônica; 58% responderam que não. Mostrando que mais da metade dos contribuintes não concordam com a utilização das NF-e.

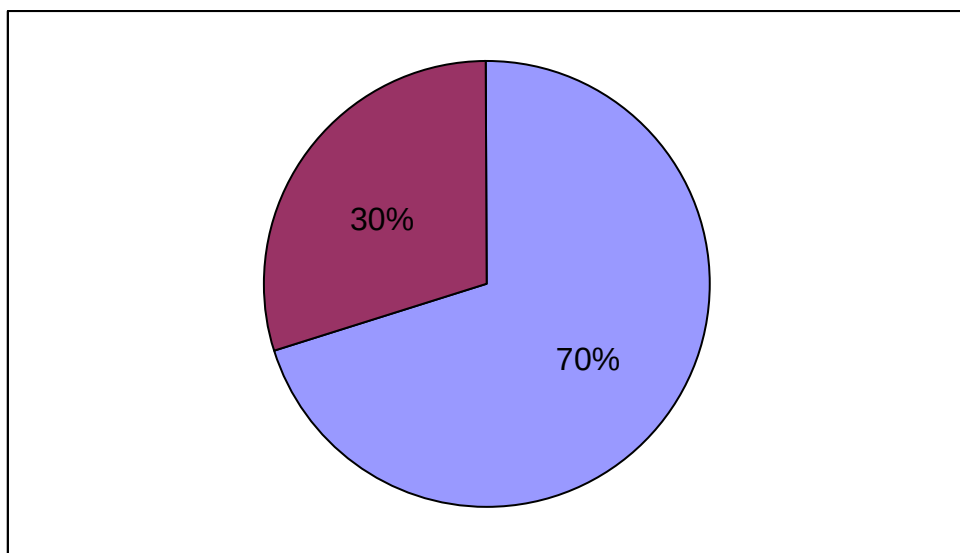


Gráfico 8: a NF-e como uma forma de simplificação das obrigações acessórias do contribuinte.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Grande parte (70%) dos pesquisados não acredita nas facilidades que a NF-e pode trazer; 30% responderam que esse novo modelo de nota fiscal não é uma simplificação das obrigações acessórias para o contribuinte.

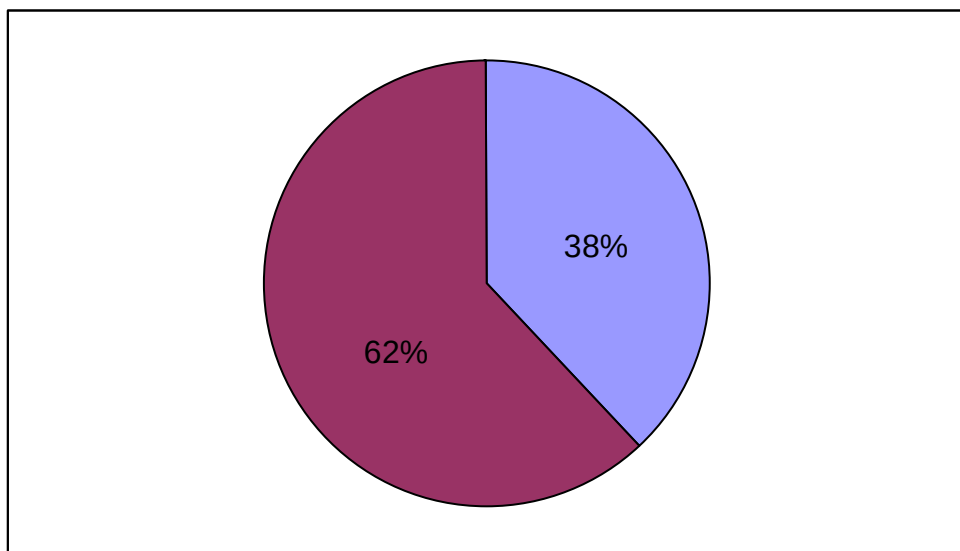


Gráfico 9: A empresa tem algum fornecedor que emite a Nota Fiscal Eletrônica
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

A maior parte dos contribuintes (62%) já compra mercadorias para revenda de empresas que emitem NF-e. Conforme mostra o gráfico 9.

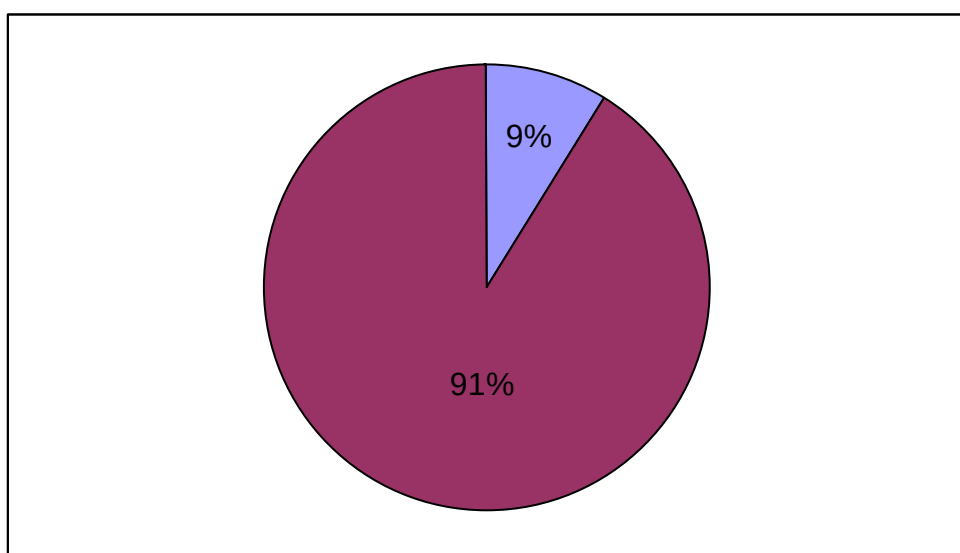


Gráfico 10: A NF-e trará benefícios para o contribuinte.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Cerca de 91% dos contribuintes não acreditam que a nota fiscal eletrônica trará benefícios para a empresa. Conforma evidenciado no gráfico 10.

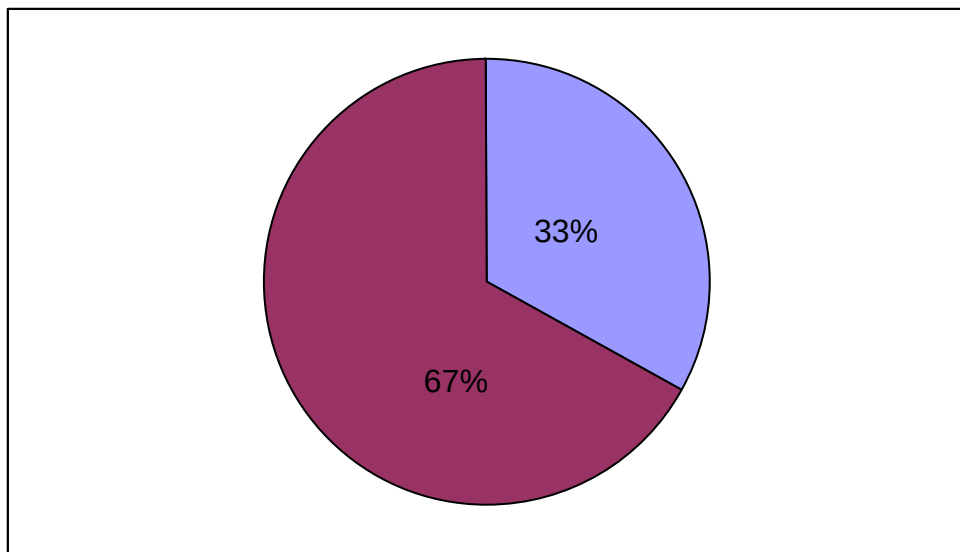


Gráfico 11: Orientação sobre a nota fiscal eletrônica.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

O resultado da pesquisa demonstrou que a maior parte das empresas (67%) já recebeu orientação sobre a nota fiscal eletrônica por parte de seus contadores. Isso demonstra que os contadores estão atentos para as alterações da legislação fiscal.

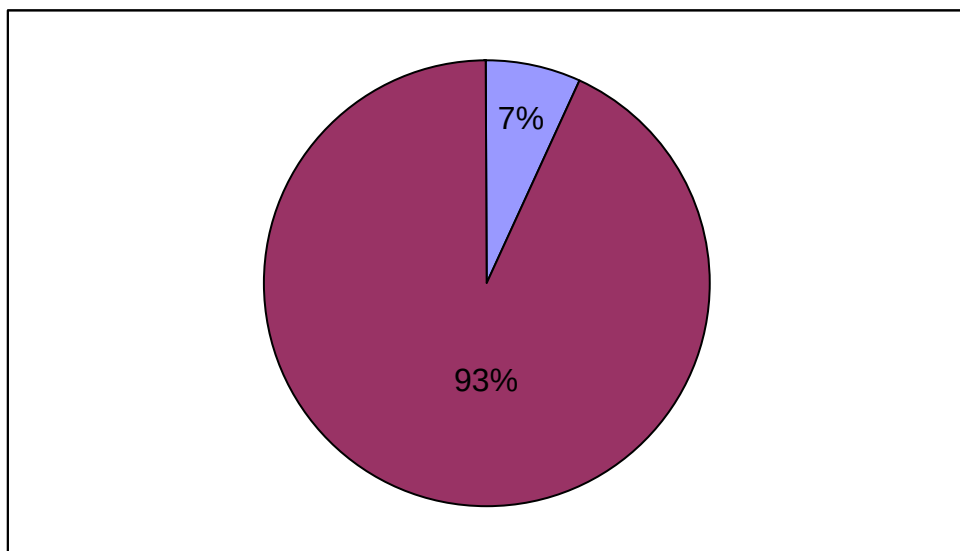


Gráfico 12: Problemas causados pela nota fiscal eletrônica.
Fonte: Dados da pesquisa, 2009

Das empresas pesquisadas 7% responderam que encontrou dificuldades por causa da NF-e; 93% afirmaram que não tiveram nenhuma dificuldade com a sua implantação.

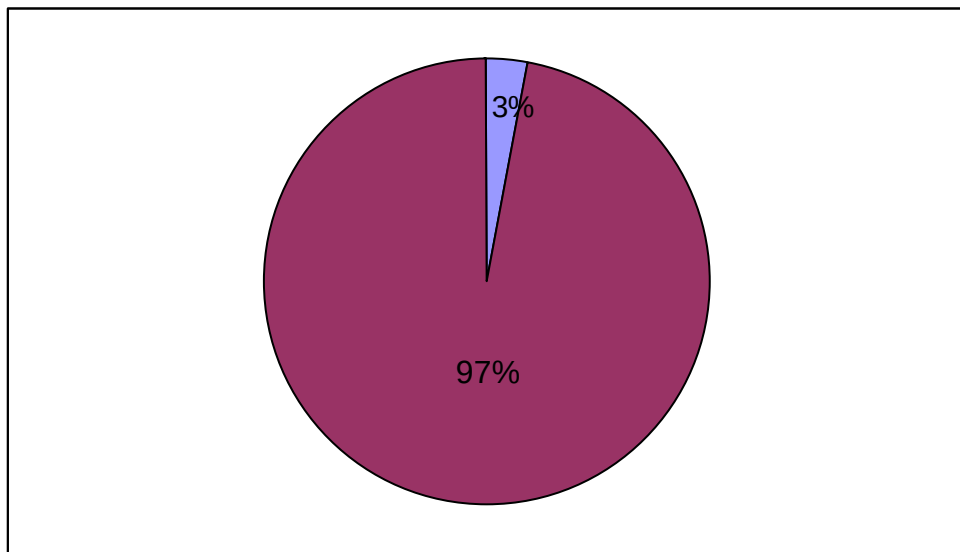


Gráfico 13: Utilização da nota fiscal eletrônica de forma voluntária.

Por fim, foi perguntado se as empresas utilizavam a nota fiscal eletrônica de forma voluntária, o resultado demonstra que uma pequena margem de empresas (3%) utiliza a NF-e de forma voluntária. Isso demonstra que 97% das empresa que utilizam essa modalidade fiscal é por determinação da legislação.

Portanto, o resultado da pesquisa demonstra que ainda falta um número grande de empresas que utilizam a nota fiscal eletrônica e na opinião do contribuinte essa modalidade implementada pelo governo não traz benefícios para as mesmas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) implantado pelo governo, instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e as administrações públicas tributárias.

O estudo teve por objetivo Verificar os benefícios da implantação da nota fiscal eletrônica para as empresas. Para atingir o objetivo a metodologia utilizada foi à bibliográfica, descritiva e de campo. A coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado via e-mail para 67 empresas do setor do comércio do Estado do Rio Grande do Norte no período de 18 de agosto a 05 de setembro de 2009, a escolha da amostra foi por conveniência.

O resultado da pesquisa demonstrou que cerca de 8% dos contribuintes do Estado do Rio Grande do Norte que atuam no setor do comércio não ouviram falar da Nota Fiscal Eletrônica. Percebe-se que o Projeto da NF-e mesmo ajudando as empresas a reduzirem seus custos operacionais em alguns aspectos não foi bem aceito entre os contribuintes, onde cerca de apenas sete por cento das empresas entrevistadas utilizam o novo modelo de emissão de nota fiscal.

Essa baixa quantidade de empresas que utilizam o novo modelo de emissão de notas fiscais pode ser explicada devido o contribuinte não acreditar que trará benefícios reais para sua empresa.

Dessa forma, uma pequena parte das empresas do Rio Grande do Norte cerca de apenas 3% aderiu ao projeto de forma voluntária.

Levando em consideração que a maior parte das empresas potiguares são Microempresas ou Empresas de pequeno porte, os empresários acreditam que o investimento feito para aderir ao projeto não é viável na ótica do custo versus benefícios.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO
RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Questionário para utilização de dados em monografia para conclusão de curso.

Qual o porte de sua empresa?

☐ ME ☐ EPP

Qual a atividade fim da empresa?

☐ Comércio ☐ Indústria

Qual o tempo de atuação no mercado?

☐ Até 5 anos ☐ De 5 a 10 anos ☐ De 10 a 15 anos ☐ Mais de 15 anos

Você já ouviu falar da Nota Fiscal Eletrônica?

☐ SIM ☐ NÃO

Caso positivo, a questão anterior, qual foi a fonte desta informação?

☐ Imprensa ☐ Contador ☐ Sites.

Outros _____

Sua empresa utiliza esse novo modelo de emissão de Nota Fiscal?

☐ SIM ☐ NÃO

Você é a favor da utilização da Nota Fiscal Eletrônica?

☐ SIM ☐ NÃO

Você considera a NF-e como uma forma de simplificação das obrigações acessórias do contribuinte?

☐ SIM ☐ NÃO

A empresa tem algum fornecedor que emite a Nota Fiscal Eletrônica?

☐ SIM ☐ NÃO

Você acredita que a NF-e trará benefícios para o contribuinte?

☐ SIM ☐ NÃO

Seu contador já deu alguma orientação a sua empresa em relação à NF-e?

☐ SIM ☐ NÃO

Sua empresa já enfrentou algum problema por causa da NF-e?

☐ SIM ☐ NÃO

Você utilizaria a Nota Fiscal Eletrônica de forma voluntária?

☐ SIM ☐ NÃO

6. REFERÊNCIAS

AMARO JR., Frederico de Souza, Logística e tecnologia da informação: Um estudo sobre a nota fiscal eletrônica, 2007. Monografia (FARN, Natal, 2007).

ARAÚJO, Marcelo Santos de, Solução de emissão da nota fiscal eletrônica 2007. Monografia (FARN, Natal, 2007).

RICHARDSON, Roberto Jarry, Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

Disponível em: < <http://www.set.rn.gov.br/> > Acesso em: 19 mar. 2009.

Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/nfe/default.htm> > Acesso em: 02 abr. 2009

Disponível em: < <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/> > Acesso em: 20 maio 2009